

# GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

## 1ª Comissão de Tributos Diretos

---

13 de abril de 2023



# Agenda

---

## 1. GETAP Overview Agenda de Projetos 2023

- Projetos da Comissão de Tributos Diretos 2023
- *Status* da Reforma Tributária

## 2. Update de projetos relevantes

- Preços de Transferência – nova legislação (MP 1.152) e IN
- TBU – prorrogação da consolidação e crédito presumido (MP 1.148) e reforma da Lei 12.973 (*Pillar 2*)

## 3. Outros temas de interesse dos associados

- Subvenção – dedutibilidade dos incentivos fiscais de ICMS – Arcabouço Fiscal

# Matriz da Agenda de Projetos 2023/2024

Fevereiro-Junho

Julho-Setembro

Outubro-Dezembro

## ➤ Agenda de Reformas

- Tributação sobre o consumo (PEC 110, PEC 45, CBS , outras)
- **TP - nova legislação e IN**
- **TBU – consolidação e crédito presumido – prorrogação e reforma da Lei 12.973 - Pillar 2**
- Reforma do Contencioso: Reforma do Proc. Tributário – CN
- CARF

## ➤ Fóruns de discussão

- CONFIA: *Cooperative Compliance* Câmara Sanções e Câmara Modelo
- FATA
- Nos Conformes

## ➤ Outros

- ADC 49 – *Leading Case* + efeitos
- MP 1.159/2023
- IN 2.121/2022
- GT - Penal Tributário
- Implantar projeto *Leading Cases*

## • Reforma do IR: IRPJ/IRPF

- CONFIA - Projeto piloto
- Cadastro Fiscal Positivo - PGFN
- Embargos à Execução – Compensação

## ➤ Publicações Técnicas/ Eventos

- Evento GETAP e ABDF – Livro de *Cooperative Compliance*
- Artigos de temas da agenda GETAP
- **TP novo modelo – RFB**

## ➤ Novo Governo:

- Agenda de Representação Institucional (MF, RFB, PGFN, CONFAZ, SEFAZ SP)
- CN: novos parlamentares - CCJ, CFT, CAE e fortalecer parceiras estratégicas

## ➤ Prioridades: tbd 2023

- **Novo Governo:**  
Agenda de relacionamento e influência do GETAP
- **Agenda de Reformas:**  
Reforma IVA, IR, TBU, TP Lei e IN
- **Contencioso:**  
CONFIA/Nos Conformes  
Cadastro Fiscal Positivo - PGFN  
Reformas do Proc. Tributário - CNJ/CN  
*Leading cases* – implementar projeto  
CARF
- **Publicações Técnicas/Eventos:**  
Evento ABDF/GETAP – *Cooperative Compliance*  
ITIC - Evento
- **Time GETAP:**  
Ajustar Estrutura

# Agenda de Reformas Tributárias

## REFORMA TRIBUTÁRIA: AGORA VAI ?

PATRI

Há 20 anos, governo e Congresso discutem e tentam aprovar

### O QUE O GOVERNO QUER:



### OBJETIVOS CITADOS POR HADDAD



'Reequilibrar' o sistema tributário



Reformar a renda para 'desonerar pobres e baixa renda'



Reformar a renda para onerar quem paga pouco ou não paga imposto'



Melhorar a distribuição da renda

# Visão GETAP – Princípios, Equilíbrio da Carga Global, Melhoria dos Negócios

## MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

### PROBLEMAS

- Complexidade excessiva e falta de clareza, uniformização e critérios
- Tributação desequilibrada: renda x consumo x folha de pagamento
- Profusão de regimes de tributação favorecidos e diferenciados: guerra fiscal entre os entes, conflitos de competência e créditos acumulados
- Não aderência às melhores práticas internacionais
- Desestímulo a investimentos e desvantagem competitiva no mercado global



O Relatório *Tax Complexity* aponta o **Brasil como um dos países mais complexos do mundo** (o país ocupa a 60ª posição entre as 69 nações pesquisadas)

(fonte: "Tax Complexity" - LMU Munich; University of Paderborn, 2020)

### SOLUÇÕES EM DISCUSSÃO



#### REFORMAS DO IMPOSTO DE RENDA

- Equilíbrio na carga: renda corporativa x dividendos
- Reformulação JCP: ACE
- Reformulação TBU
- Transição: manter isenção dos lucros do passado
- TP - *Arm's length*: evitar bitributação ou não tributação



#### REFORMA DE CONSUMO – IVA (NACIONAL OU DUAL):

- Princípio do destino
- Não-cumulatividade plena (crédito financeiro e restituição rápida)
- Tributação transparente
- Padronização e eliminação de distorções
- Transição: garantia ao direito adquirido e investimentos realizados
- Manutenção/redução da carga tributária



**EQUILÍBRIO CARGA TRIBUTÁRIA**  
(tributação da renda x tributação do consumo)

# Reforma Tributária da Renda – Pontos de Atenção

## Tributação dos dividendos

- Equilíbrio da carga tributária - redução proporcional IRPJ/CSLL
- Dividendos: tributação dos lucros gerados a partir da instituição

## Dedutibilidade JCP

- Manter e aprimorar - adoção nos moldes do ACE

## TBU

- Prorrogação da consolidação e crédito presumido por 2 anos
- Melhorias e adaptação da Lei 12.973/14 ao *Pillar 2*

## Preços de Transferência

- Convergência aos padrões internacionais
- Transição: em vigor em 2025, opcional a partir de 2023

## Acordos para se evitar a Dupla Tributação

- ADTs – ampliar a rede de acordos

## Prejuízo fiscal / Base de cálculo negativa

- Diminuição do limite de 30% para 60% do lucro
- Afastamento do limite em caso de extinção da PJ

## Tributação favorecida

- Unificação dos conceitos de paraíso fiscal, regime fiscal privilegiado e subtributação

## Ágio

- Aprimoramentos: utilização de empresa veículo; aquisição em estágios

## P&D

- Melhorias: permitir o *carry forward*; etc.

### ➤ Próximos passos - GETAP:

- **Aguardando projeto do Governo**
- **Reunião com Bernard Appy - 14/04**



## □ MP 1.152/22

- **Status:** Emendas dos pontos prioritários apresentadas no CN e discutidas com a RFB  
Total de 107 emendas apresentadas  
MP aprovada na Câmara dos Deputados – segue para o Senado  
Relator Senador Jayme Campos – ofício GETAP enviado com os pontos prioritários

### ➤ **Emendas GETAP acatadas:**

1. **Ajuste secundário:** Supressão
2. **Royalties:** supressão da indedutibilidade dos pagamentos para países com tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado

### ➤ **Emendas GETAP em discussão – serão tratadas via IN ou outra legislação:**

1. **Vigência:** em 1º de janeiro de 2025, sendo opcional a partir do ano-calendário de 2023
2. **Diferimento:** criar diferimento de tributação em caso de reorganização societária intragrupo – será tratado na reforma do IRPJ
3. **Reflexo TBU:** suprimir a expressão “efetuadas espontaneamente” e “cujo imposto sobre a renda e contribuição social correspondentes, em qualquer das hipóteses, tenham sido recolhidos” – entendimento da RFB de que o 2ª ponto pode ser tratado por IN
4. **Partes relacionadas:** exclusão “conselheiro” – entendimento da RFB que esse ponto pode ser tratado por IN
5. **Transação comparada agregada:** como medida de simplificação – RFB irá tratar na IN
6. **Guidelines Interpretação:** prever *Guidelines* como fonte de interpretação – RFB irá tratar na IN
7. **Paraíso Fiscal e Regime Privilegiado:** 50% do somatório das alíquotas nominais (IRPJ + CSLL) – em análise diminuir o limite para 15% através de Portaria do MF

- **Riscos:** pequenas chances de alteração no texto aprovado na Câmara.

## □ Próximos passos:

- 1. Senado:** Discussão com as principais lideranças do Congresso (parceria com Abrasca e CNI)  
Foco **na prorrogação da vigência para 2025** (sendo opcional a partir de 2023)  
Se possível, incluir as demais emendas (TBU, diferimento e partes relacionadas - conselheiros)  
Reunião com os assessores do Relator em 17/04/23
- 2. IN:** Projeto com a RFB – GT TP suporte nas discussões  
RFB pretende colocar o texto em consulta pública para facilitar a análise e contribuição  
Reuniões já começaram – discussão sobre documentação de TP (*Master File, Local File, TP Return, etc.*)  
Reunião GT TP em 24/04/23
- 3. Evento GETAP:** Mesa redonda de discussão com RFB no GETAP/Associados/Conselheiros

# Transfer Pricing – benchmark – documentação

	UK	Espanha	Portugal	Chile
Formato	Não definido	Formulário 231 (XSD) MF e LF em pdf	MF e LF em pdf – TP Return no Portal da Autoridade Tributária	MF e LF em pdf ou xml; TP Return em cvs
Entrega	Caso solicitado	CbC Report periódico; MF e LF mediante solicitação; Formulário 232 periódico	MF e LF anualmente se grandes contribuintes ou operações com paraíso fiscal; outros se solicitados; TP return: todos anualmente	Anual (upload no site)
Idioma	Inglês	Espanhol - inglês geralmente aceito	Português, inglês se aceito pela autoridade	Espanhol
Informações	Master File (MF) e Local File (LF) conforme OCDE TP Return em análise	MF e LF conforme OCDE	MF e LF: incluir informações que suportem a análise (DFs, estudos econômicos, contratos, etc.) TP Return: tipo de operação, valor, contraparte, método, etc.	TP Return tem informações gerais das transações intercompany realizadas, partes relacionadas, métodos selecionados, indicadores de lucratividade e resultado das análises. MF e LF são enviados em anexo a um formulário preenchido no site da administração tributária

# Transfer Pricing – benchmark – documentação

	Argentina	México	Alemanha	Japão
Formato	TP Return – formulário online MF e LF – pdf em anexo a formulário	MF – pdf em anexo a formulário LF – pdf em anexo a formulário (grandes contribuintes – USD 45 MM de receita) TP Report – pequenos contribuintes TP Return – txt – upload do arquivo no sistema oficial	MF e LF em pdf caso entregue eletronicamente	MF em pdf (sistema e-fiscal) anualmente LF – em papel quando solicitado
Entrega	Anual	MF, LF e TP Return anualmente TP Report se solicitado	Prepara anualmente e entrega se solicitado	Vide acima
Idioma	Espanhol	MF em inglês ou espanhol LF, TP Report e TP Return em espanhol	Normalmente em inglês – podem solicitar tradução de partes relevantes	MF aceito em japonês ou inglês LF – pode ser solicitado em japonês
Informações	MF e LF conforme OCDE TP Return: partes relacionadas, entidade que entregou o CbC, transações analisadas, detalhes das importações/exportações	LF – entregar com DFs e contratos intercompany TP Report – mesmas informações do LF TP Return – quadro resumo do LF	Documentação alinhada com Annex I e II dos OCDE Guidelines	

## ❑ Plano 1 - MP 1.148/22 – prorrogação do prazo da consolidação e do crédito presumido

- **Atuação GETAP:** Análise do texto e apoio para aprovação
- **Status:** MP aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado em 12/04  
Segue para promulgação

## ❑ Plano 2 – Melhorias Lei 12.973/14

- **Atuação GETAP:** Melhoria e adequação da Lei 12.973/14 para corrigir distorções do TBU e simplificar controles mitigando riscos relativos ao tema – adequação ao *Pillar 2*
- **Status:** Ok da RFB para dar prioridade ao tema
- **Próximos passos:** Rever proposta GETAP e ajustar com *Pillar 2*

- ❑ **Arcabouço fiscal:** inclusão, na base do IRPJ e da CSLL, de benefícios fiscais de ICMS concedidos pelos estados (entre R\$ 80 e R\$ 90 bilhões) – 2 vertentes:
  - **Subvenção para custeio x subvenção para investimento**
    - LC 160/2017 – incentivos fiscais relativos ao ICMS são considerados subvenção para investimento
    - Solução de Consulta Cosit 145/2020 - a partir da LC 160 os incentivos podem ser considerados subvenção para investimento “desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos”
    - Publicação de PL ou MP tratando sobre o assunto
  - **STJ – pauta 26/04 - Tema Repetitivo 1182:** Definir se é possível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, imunidade, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL (extensão do entendimento firmado no ERESP 1.517.492/PR que excluiu o crédito presumido de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL).
    - Pacto federativo – União estaria esvaziando o benefício concedido pelos Estados

**GETAP**

**GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS**

# Sumário

---

## 1. Agenda de Projetos 2023

Foi apresentada aos associados a Agenda de Projetos que serão objeto da Comissão de Tributos Diretos em 2023, a saber:

- Reforma Tributária – Tributação sobre o consumo e sobre a renda (IRPJ / IRPF)
- TP – nova legislação (MP e IN)
- TBU – prorrogação da consolidação e crédito presumido e reforma da Lei 12.973 (Pillar 2)
- Novos *Quick wins* - diretos

## 2. Update dos projetos relevantes

### a) Reforma Tributária – Consumo e Renda

Foi apresentado o status das discussões, principais pontos do GETAP em relação a tributação da renda e, como próximos passos, reunião com Bernard Appy em 14/04 e aprofundar análise quando tiver um projeto do governo.

### b) Preços de Transferência - MP 1.152

Foi apresentado o status do projeto (aprovado na Câmara dos Deputados e aguardando no Senado) e das discussões sobre as emendas apresentadas. Como próximos passos, em relação ao Senado, discussão com as lideranças em parceria com Abrasca e CNI, foco na prorrogação da vigência para 2025 (sendo opcional a partir de 2023) e reunião com assessores do relator. Em relação à IN, reuniões com a RFB para discutir o texto e apoio do GT de TP nas discussões. Próxima reunião sobre documentação/ obrigações acessórias em 24/04/2023.

### c) TBU

Foram apresentadas as duas frentes do projeto, sendo que o Plano 1 (prorrogação do prazo de consolidação e crédito presumido) a MP foi aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, seguindo para promulgação). Em relação ao Plano 2 (melhorias na Lei 12.973) temos o ok da RFB para dar prioridade ao tema, e como próximos passos rever a proposta GETAP e ajustar com o Pillar 2.

## 3. Outros Update dos projetos relevantes

Foi comentada a possibilidade de inclusão, na b.c do IRPJ e CSLL, dos benefícios fiscais de ICMS, que tem sido aventada dentro do arcabouço fiscal.